

# Conselho vota cassação e Jader dá mais tempo para renúncia de ACM

César Felício  
De Brasília

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), garantiu ontem a oportunidade do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) decidir seu destino político após a aprovação hoje, praticamente certa, do parecer do senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) que pede a cassação do seu mandato, por ter se envolvido na violação de sigilo do painel eletrônico da Casa. ACM terá um prazo de pelo menos cinco dias, a partir de hoje, para renunciar ao mandato e preserva os seus direitos políticos ou enfrentar o processo que o expulsa do Senado e o torna inelegível por oito anos.

Logo que o Conselho de Ética aprovou o parecer de Saturnino, o que deve ocorrer no início da tarde, a decisão será remetida para a Mesa Diretora e Jader escolhe no mesmo dia o relator que analisará o parecer do Conselho. Este relator terá liberdade para dar a

sua resposta em menos de 24 horas, se quiser. Terá um prazo máximo de sete dias para isto, que poderá ser ignorado. Na etapa seguinte, quando o PFL deve pedir vistas do processo para propor uma pena mais branda, Jader já garantiu que não dará margens para alegações de cerceamento de defesa. "Concederei o prazo máximo, que é de cinco dias. Não há rito sumário", afirmou ontem Jader, que escudou-se em parecer da advocacia-geral do Senado para dar mais prazo a ACM.

Na pior das hipóteses para ACM, isto significa uma decisão a ser tomada até a próxima terça-feira. Na melhor das hipóteses, terá até o dia 7 de junho. A partir do momento em que a Mesa referendar o parecer de Saturnino, a renúncia se torna inócuia. A cautela de Jader surpreendeu os senadores, que esperavam o encurtamento dos prazos, e impedirá uma reação judicial de ACM. Anteontem, o pefelesta disse que uma decisão homologatória po-

deria anular todo o processo.

A decisão anunciada ontem por Jader não altera a tendência contrária ao pefelesta entre os senadores. Mesmo dentro do seu próprio partido, havia divergências em relação a uma posição unida em seu favor. "Agiremos de maneira consensual e não concordaremos com a cassação. Mas esta maneira consensual ainda está sendo buscada", disse o líder da bancada, Hugo Napoleão (PI). Como há pefelestas que não concordam com um fechamento de questão pró-ACM, o PFL deverá recomendar algum tipo de suspensão como alternativa.

Com isto, aumentam a cada dia os sinais de que ACM optará pela retirada. Ontem, ao chegar ao Senado, desmentiu a informação publicada no jornal "Correio Braziliense" de que já estaria com o discurso da renúncia pronto. "Tudo isto é falso", frisou. No plenário da Casa, foi recebido em clima de despedida pelos colegas. Trocou abraços com adversá-

rios de longa data, como Pedro Simon (PMDB-RS), ou recentes, como Marina Silva (PT-AC). Hoje, para acompanhar a reunião do Conselho, virá o governador da Bahia, César Borges (PFL), acompanhado por um séquito de aliados do senador. Será uma demonstração de que a liderança carlista no Estado permanece.

Inteiramente isolado no Senado e sem as perspectivas políticas que ACM ainda tem na Bahia para as eleições do próximo ano, o senador José Roberto Arruda quer aparecer ontem no Congresso Nacional. Avisou por meio de assessores que aceitou o conselho dos colegas para não usar da prerrogativa de membro do Conselho de Ética e votar hoje em sua causa própria. Os senadores que foram abordados por amigos de Arruda demonstraram preocupação. Comentam que o senador brasiliense não consegue estabelecer uma linha de defesa e mostra sinais de confusão mental e alheamento da realidade.